

RECÔNCAVO DA GUANABARA, TERRITÓRIO USADO: INDICADORES PARA A ANÁLISE DO HABITAR NOS ECOSISTEMAS DE MUNICÍPIOS DO SUBCOMITÊ LESTE DA BACIA DA BAÍA DE GUANABARA (RJ)

Jair Bezerra dos Santos Júnior¹
Renata Campos Oliveira²
Rita de Cássia Martins Montezuma³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a ocupação dos ecossistemas nos municípios de Magé e Niterói, situados no subcomitê leste da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, com foco nas dinâmicas populacionais e vulnerabilidades socioambientais. A metodologia envolveu a coleta e análise de dados secundários dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, além de informações de diversas fontes sobre gestão pública, geomorfologia e ecossistemas. Utilizando o software QGIS, foram elaborados mapas temáticos para correlacionar informações censitárias e ocupação territorial nos municípios, com foco nas injustiças socioambientais. Em Magé, a população majoritariamente negra ocupa predominantemente áreas de brejos e mangues, evidenciando uma relação intrínseca entre saberes tradicionais e recursos naturais, principalmente pela localização das Localidades Quilombolas do município. A ocupação dessas áreas reflete uma vulnerabilidade socioambiental agravada pela negligência histórica e práticas de racismo ambiental, onde a população enfrenta desafios devido à expansão urbana e à falta de políticas públicas adequadas. Em Niterói, a população negra concentra-se em regiões como Norte e Pendotiba, com alta densidade em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), que coincidem com ecossistemas frágeis e relevos montanhosos. A análise da geomorfologia e dos ecossistemas revela que a expansão urbana ocorreu em direção a áreas de fragilidade ambiental, com ausência de infraestruturas essenciais, resultando em riscos socioambientais significativos. A pesquisa destaca a necessidade de integrar a dimensão das territorialidades e a leitura da paisagem nas políticas públicas para mitigar injustiças e racismo ambiental, promovendo sustentabilidade e equidade.

Palavras-chave: Censo demográfico; Geomorfologia da paisagem; Vulnerabilidade socioambiental; Racismo ambiental.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the occupation of ecosystems in the municipalities of Magé and Niterói, located in the eastern subcommittee of the Guanabara Bay Hydrographic Basin, with a focus on population dynamics and socio-environmental vulnerabilities. The methodology involved collecting and analyzing secondary data from the 2010 and 2022 Demographic Censuses, as well as information from various sources on public management, geomorphology and ecosystems. Using QGIS software, thematic maps were created to correlate census information and territorial occupation in the municipalities, with a focus on socio-environmental injustices. In Magé, the majority black population predominantly occupies areas of marshland and mangroves, showing an intrinsic relationship between traditional knowledge and natural resources, mainly due to the location of the municipality's Quilombola Localities. The occupation of these areas reflects a socio-environmental vulnerability aggravated by

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, jairsantos@id.uff.br.

² Mestra do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, renatacampos@id.uff.br.

³ Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, ritamontezuma@id.uff.br.

historical neglect and practices of environmental racism, where the population faces challenges due to urban sprawl and the lack of adequate public policies. In Niterói, the black population is concentrated in regions such as Norte and Pendotiba, with a high density in Areas of Special Social Interest, which coincide with fragile ecosystems and mountainous terrain. Analysis of the geomorphology and ecosystems reveals that urban expansion has taken place in areas of environmental fragility, with a lack of essential infrastructure, resulting in significant socio-environmental risks. The research highlights the need to integrate the dimension of territorialities and landscape reading into public policies in order to mitigate injustices and environmental racism, promoting sustainability and equity.

Keywords: Demographic census; Landscape geomorphology; Socio-environmental vulnerability; Environmental racism.

INTRODUÇÃO

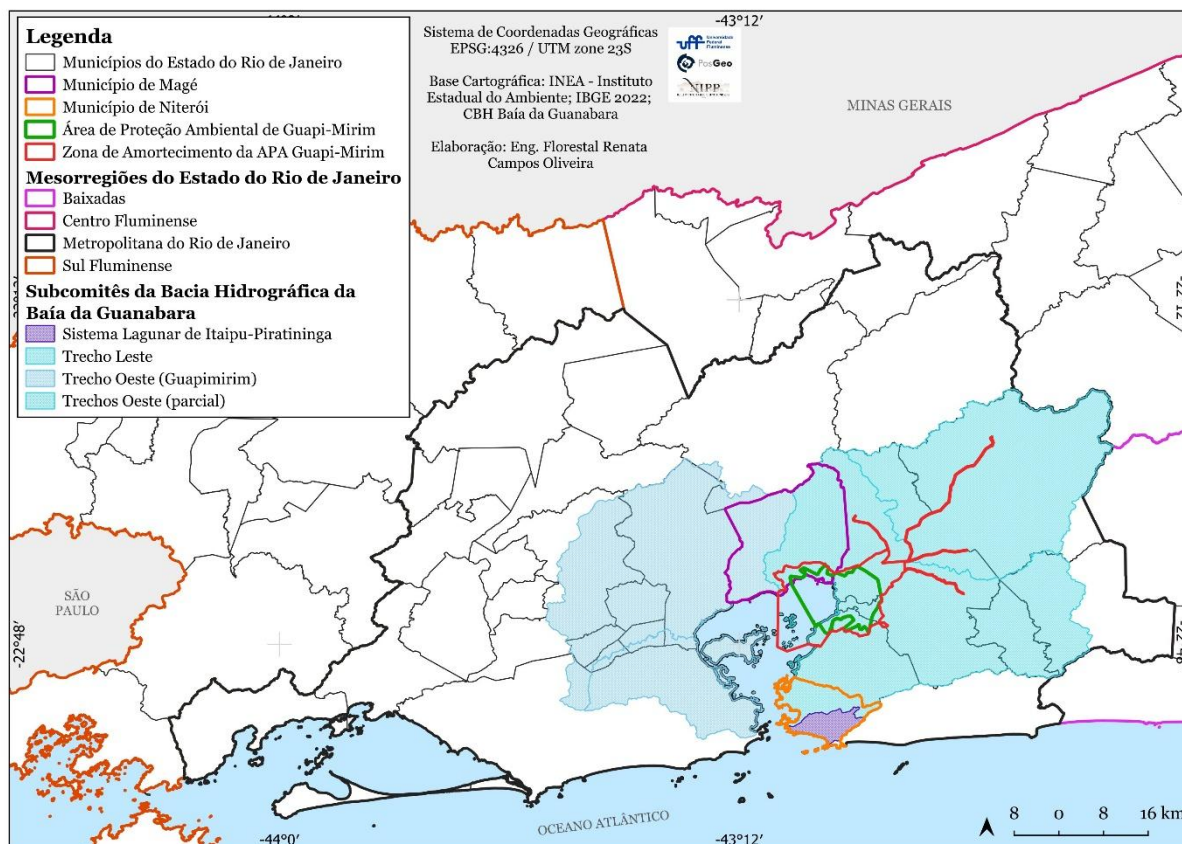
Indicadores populacionais fornecem dados fundamentais para a identificação de desigualdades e vulnerabilidades socioambientais. Essas informações são essenciais tanto para o planejamento urbano quanto para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da sustentabilidade (Leff, 2024) e da justiça socioambiental, segundo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Além disso, tais indicadores permitem monitorar os impactos de intervenções territoriais e avaliar a eficácia de programas destinados à melhoria da qualidade de vida da população.

A sustentabilidade urbana e a autonomia das populações dependem da implementação de políticas públicas eficazes, capazes de mitigar os efeitos das mudanças ambientais e reduzir as vulnerabilidades. Nesse sentido, a análise das características da população torna-se indispensável para a seleção e aplicação de indicadores demográficos que orientem ações voltadas à promoção da equidade e à superação das injustiças ambientais nas cidades (Acselrad, 2015).

Este trabalho tem como objetivo compreender como e por quem os ecossistemas presentes nos municípios de Magé e Niterói são ocupados, ambas localizadas no subcomitê leste da Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara, estado do Rio de Janeiro. De forma a embasar o debate acionamos os conceitos da ecologia política e o racismo ambiental e, na especificidade das análises de Magé, inserimos o território usado de Santos (1994). Para isso, será realizada a localização e o cruzamento dos dados censitários com a leitura do planejamento e ordenamento territorial ambiental e a geoecologia da paisagem, aferindo as manifestações das injustiças e os racismos ambientais de cada área de estudo.

O subcomitê leste da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara é composto pelos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo Cachoeira de Macacu, Niterói, Tanguá e Rio Bonito e a Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim, esta está situada em parte da área dos quatro primeiros municípios e do corpo d'água da Bacia (Mapa 1).

Mapa 1: Localização do município de Magé e Niterói dentro da área do subcomitê leste da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara



Fonte: INEA - Instituto Estadual do Ambiente; IBGE 2022; CBH Baía da Guanabara. Elaborado pelos autores, 2025.

Neste contexto, Magé é um município situado na Baixada Fluminense, integrando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Mapa 1). É composto por cinco distritos: Magé (sede), Santo Aleixo, Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim. Com ocupação histórica desde 1566 e elevado à categoria de município em 1857, Magé desempenhou papel relevante no desenvolvimento econômico do Brasil durante os períodos colonial e imperial, principalmente por interligar a Baía de Guanabara a outros municípios e estados.

Diante desse destaque histórico, a forma como a população de Magé habita esse território revela memórias bioculturais, especialmente quando se consideram as comunidades quilombolas que reivindicam seus territórios: o Quilombo de Bongaba (em Inhomirim), o Quilombo do Feital e o Quilombo de Maria Conga (na sede distrital).

As características ambientais — marcadas por áreas de alagamento e canais de drenagem das águas da bacia da Baía de Guanabara — influenciam diretamente o modo de vida dessas populações, particularmente nos brejos e manguezais. Assim, a sobreposição de dados demográficos e ambientais evidencia a importância da relação mútua entre os saberes tradicionais da população negra que habita a região e os recursos naturais que sustentam seus modos de vida, práticas socioculturais e estratégias de conservação ambiental.

Por outro lado, ao sul do Mapa 1, temos o município de Niterói. Este foi fundado em 1573 e permaneceu como capital do Estado da Guanabara no período entre 1903 e 1975, desempenhando importância política, econômica e cultural na escala regional e nacional (até os dias atuais). Durante sua geohistória houveram momentos de maior intensidade nas reformas urbanas de ordenamento territorial que foram configurando a paisagem ao longo do tempo, deixando marcas visíveis e simbólicas decorrentes dos processos de produção capitalista do espaço urbano (Harvey, 1995), das atividades econômicas e da segregação socioespacial dos perfis raciais e de renda que compõem a população niteroiense.

Como exemplos selecionamos quatro marcos históricos. O primeiro foi no final do século XVIII com o plano de urbanização da região da jovem Vila Real da Praia Grande e, no início do século XIX, com o plano de urbanização do bairro de Icaraí e a retinização do Alameda São Boaventura. Desta forma, a cidade foi estruturada através do centro comercial e econômico, da região residencial da elite e a consolidação de um importante vetor de crescimento e fluxo de mercadorias e pessoas entre os municípios limítrofes e ao norte fluminense.

Posteriormente, durante a industrialização nacional, os investimentos públicos foram direcionados às atividades industriais e portuárias (região Norte) e a modernização da cidade (região central), influenciada pelo projeto higienista de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro. Um dos efeitos demográficos desse período foram as migrações do rural para o urbano e Niterói foi um dos destinos de muitos trabalhadores em busca dos novos postos de trabalho, aumentando a população e a demanda por habitação.

No ano de 1975 foi inaugurada a ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) constituindo uma importante via de ligação entre os municípios do oeste e leste da Baía da Guanabara. Esse novo fluxo, somado a qualidade de vida nas regiões niteroienses à margem da Baía, incentivou a mudança residencial (ou mesmo a procura por casas de veraneio) de muitos cariocas o outro lado da Baía. Não demorou para começar a verticalização de alguns bairros, principalmente Icaraí, e a expansão urbana em direção a Região Oceânica, onde ainda era pouco ocupada.

Por último, temos o período que se iniciou após a cidade deixar de ser capital devido a sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990, as gestões públicas foram direcionadas para consolidar a identidade da cidade - com seus símbolos arquitetônicos e a presença de áreas vegetadas, para atrair investimentos financeiros e executar reformas urbanas para modernização da cidade, principalmente nas regiões com vistas para a Baía da Guanabara.

Com esses panoramas gerais, neste artigo iremos desenvolver sobre a ocupação humana dos espaços urbanos a partir das correlações entre a espacialização dos perfis sociais dos setores censitários com a geomorfologia e ecossistemas em Magé e Niterói, Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na busca e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa com dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, contemplando indicadores como densidade demográfica, tipo de ocupação (urbana ou rural) e distribuição espacial da população por cor/raça. Para representar esses indicadores, foram elaborados gráficos e mapas temáticos que ilustram a composição demográfica em cada ano censitário.

O indicador de cor/raça está diretamente relacionado à influência das categorias censitárias na percepção indenitária, o que impacta tanto a captação de dados quanto os resultados demográficos. As variáveis étnico-raciais, fundamentais para a dinâmica demográfica censitária, passaram por alterações ao longo do tempo, refletindo a complexidade envolvida na coleta de informações sobre cor ou raça desde o primeiro Censo Demográfico, realizado em 1872, até o mais recente, de 2022 (Santos; Guimarães; Simoni, 2023).

Após a coleta dos dados demográficos, foram utilizados dados de diversas fontes, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MapBiomas, FBDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável), RIGeo (Repositório Institucional de Geociências), SGB (Serviço Geológico do Brasil) e HUB SIGeo (Prefeitura de Niterói), com o objetivo de estabelecer uma configuração ge ecológica dos municípios e identificar as dinâmicas de ocupação dos ecossistemas e relevos, bem como sua relação com a população local e gestão pública.

Com auxílio do *software* QGIS 3.44.2 foram elaboração de mapas temáticos a partir deste conjunto de dados com a finalidade de contribuir às análises e identificação dos elementos de sustentação às análises e discussões, além de tornar os dados numéricos em representações espaciais imagéticas.

Ao considerar tanto a paisagem natural quanto a sociocultural, a abordagem da Geoecologia da Paisagem permite ampliar a compreensão dos ecossistemas, superando visões fragmentadas e fornecendo subsídios para ações mais eficazes de zoneamento territorial ambiental, recuperação de áreas degradadas e uso racional dos recursos naturais. Dessa forma, contribui não apenas para a conservação dos ecossistemas, mas também para a formulação de

políticas públicas e para uma gestão ambiental integrada e participativa (Rodriguez; Silva; Cavalcanti, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa sessão foi organizada em três partes, na primeira e segunda serão apresentadas as análises de cada município e, por último, apontaremos reflexões ao comparar e correlacionar as duas áreas de estudo.

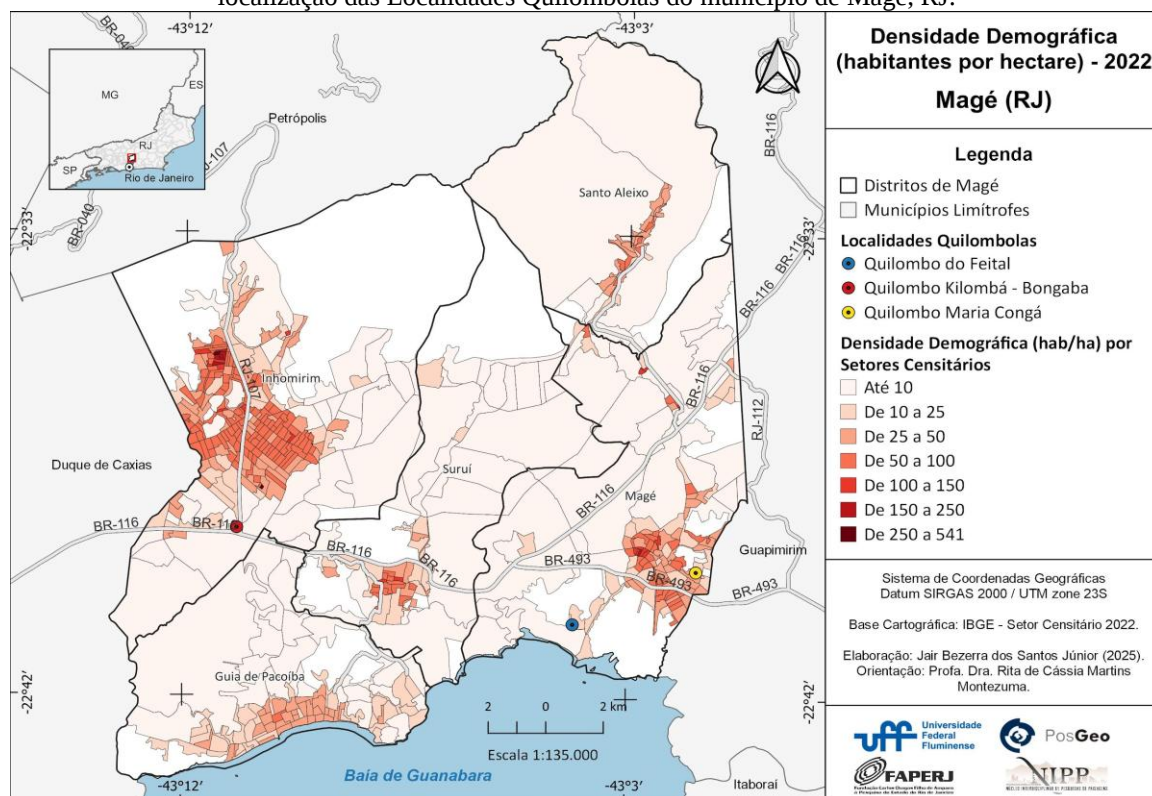
Magé, RJ

Ao analisarmos o município de Magé com base nos Censos Demográficos de 2010 e 2022, é possível observar a dinâmica populacional em escala temporal. Em 2022, o total de residentes era de 228.127, um leve aumento em relação aos 227.322 registrados em 2010. Com uma área de 390,775 km², a densidade demográfica atingiu 583,78 habitantes por km².

Além de identificar a expansão urbana nas centralidades de cada distrito municipal, a análise dos dados censitários e do mapa de densidade demográfica – em habitantes por hectare – de 2022 (Mapa 2), comparado com 2010, permite inferir o efeito das rodovias no aumento da densidade por setor censitário. A RJ-107 – que atravessa o distrito de Inhomirim –, a BR-116 – que corta o município de nordeste a oeste, ligando Santo Aleixo a Suruí – e a Rodovia de Contorno da Baía de Guanabara (BR-493) – que cruza o centro distrital – estão situadas próximas às áreas mais densamente povoadas. Nessas regiões, os setores censitários apresentam variação de densidade entre 150 e 541 habitantes por hectare.

A população urbana de Magé apresentou crescimento expressivo: passou de 215.236 habitantes (94,7%) em 2010 para 225.431 (98,8%) em 2022. Em contrapartida, a população rural caiu significativamente, de 12.086 pessoas (5,3%) em 2010 para apenas 2.696 (1,2%) em 2022. O IBGE adotou, no Censo de 2022, uma metodologia baseada em critérios morfológicos e funcionais, considerando o uso e a ocupação do solo por meio de sensoriamento remoto. Essa abordagem permitiu uma delimitação mais precisa das áreas urbanas e rurais, classificando cada setor censitário de acordo com sua situação territorial.

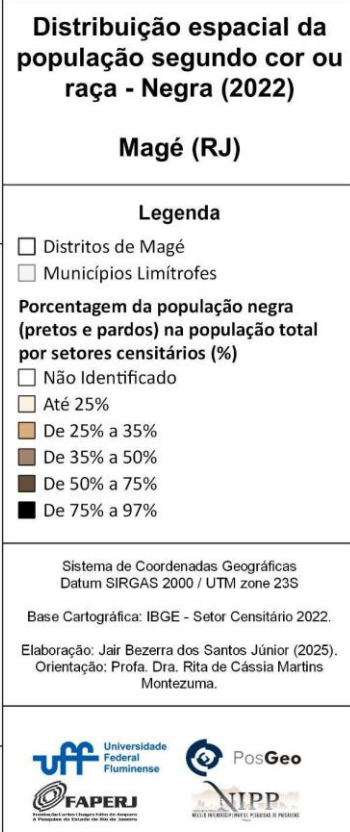
Mapa 2: Distribuição da Densidade Demográfica (habitantes por hectare) da população nos setores censitários e localização das Localidades Quilombolas do município de Magé, RJ.



Fonte: IBGE 2022. Elaborado pelos autores, 2025.

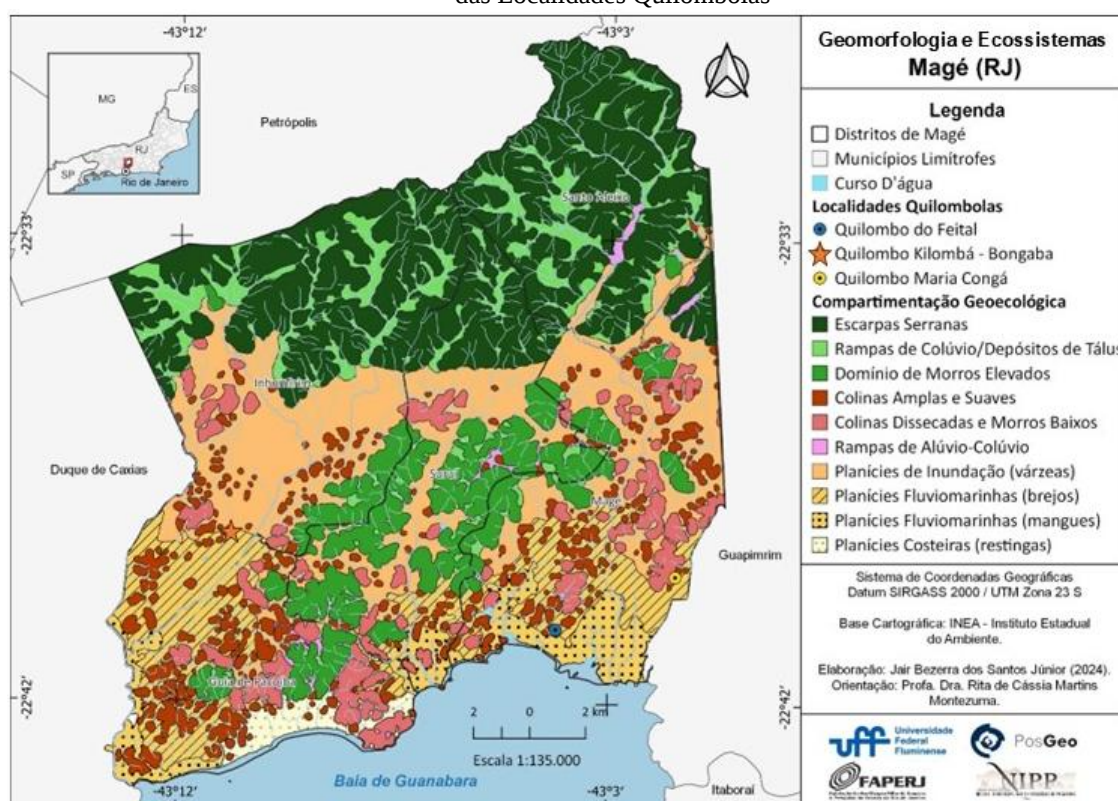
Em relação aos dados sobre cor/raça, em 2010 os autodeclarados pardos representavam a maior parcela da população, com 47,72% (108.481 residentes), seguidos pelos brancos com 35,52% (80.737), pretos com 15,36% (34.918), amarelos com 1,29% (2.933) e indígenas com 0,11% (240). A população negra, composta pela soma dos pretos e pardos, totalizava 63% (143.399 residentes).

No Censo de 2022 (Mapa 3), houve alterações nesses percentuais. Os pardos permaneceram como grupo majoritário, representando 49,64% (113.249 residentes), seguidos pelos brancos com 30,78% (70.228), pretos com 19,32% (44.083), amarelos com 0,15% (352) e indígenas com 0,09% (212). A população negra passou a representar 68,96% (157.332 residentes), indicando um crescimento de 5,96% em relação a 2010.



Conforme o Mapa 4, as áreas de deposição sedimentar desses relevos, a região central e sul do município apresenta, predominantemente, planícies e colinas que evidenciam o circuito de drenagem responsável por modelar o território e sustentar o adensamento populacional nos distritos. É nas planícies que se concentra a maior densidade demográfica. Na área central predominam planícies de inundação, influenciadas diretamente pelos rios que drenam o município em direção à Baía de Guanabara, além de morros suaves e de baixa altitude. Ao sul, destacam-se as planícies fluviomarinhas, que evidenciam a dinâmica de interação entre os rios e a baía.

Mapa 4: Classificação das formações de relevo e ecossistemas presentes no município de Magé, RJ e localização das Localidades Quilombolas



Fonte: INEA Elaborado pelos autores (2025).

Ao cruzar as informações dos setores censitários de 2022 com a análise da geoeecologia da paisagem descrita anteriormente, observa-se a ocupação recorrente da população negra em regiões de brejos e mangues. É nesses ecossistemas que se produz e reproduz o modo de vida dessa população, residente em setores censitários cuja composição majoritariamente negra varia entre 50% e 97%.

Tomando como referência o distrito de Inhomirim e o território do Quilombo de Bongaba – identificado como setor censitário de aglomerado quilombola –, verifica-se que a área de maior adensamento populacional ocupa tanto a planície de inundação quanto a planície fluviomarinha. Nessa região, a predominância da população negra varia entre 75% e 97%.

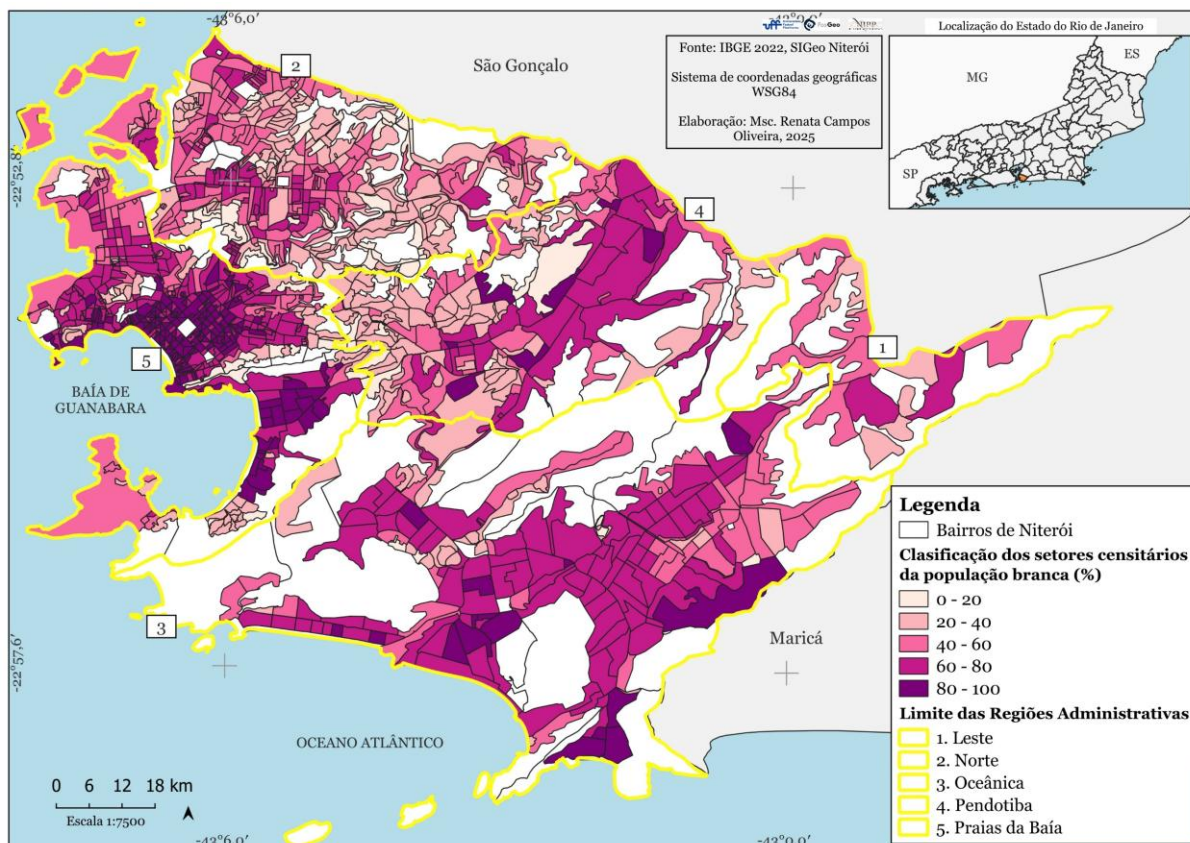
Trata-se de uma ocupação contínua sobre áreas de brejo, nas quais se desenvolve uma economia baseada no uso direto da terra e na manutenção de práticas agrícolas, com terrenos de alta capacidade produtiva, além da conservação de quintais na forma de habitar o território.

A vulnerabilidade socioambiental dos ecossistemas de Magé reflete não apenas os impactos da expansão urbana, mas também a negligência histórica em relação às demandas das populações negras e quilombolas que ali vivem. O poder público desconsidera essas especificidades, revelando práticas de racismo ambiental. Essa segregação espacial aprofunda desigualdades ao concentrar riscos em áreas habitadas por populações com menor acesso a recursos (Montezuma, 2023). Os próprios brejos e mangues, associados a estigmas negativos, reforçam essa marginalização, perpetuando práticas de injustiça ambiental e racismo estrutural.

Niterói, RJ

Niterói tem uma população total de 481.749 habitantes em uma área totalmente urbana com 133.757 km² e densidade demográfica de 3.601,67 hab/km². O Mapa 5 nos mostra a concentração de dois grupos de perfis étnico-raciais com espacialidades bem delimitadas, primeiro observamos que os bairros localizados nas regiões administrativas Praias da Baía (5) e Oceânica (3), à margem da Baía da Guanabara e do Oceano Atlântico, são constituídos por uma população predominantemente autodeclarada branca (60-100%), e essas são tangenciadas pelas regiões Norte (2) e Pendotiba (4), principalmente, com habitantes com menor porcentual de auto declarantes desse grupo racial. Ou seja, essas localidades são compostas por setores censitários com 60-100% de negros (Mapa 5).

Mapa 5: Distribuição dos setores censitários da população branca (%) e as regiões administrativas do município de Niterói, RJ



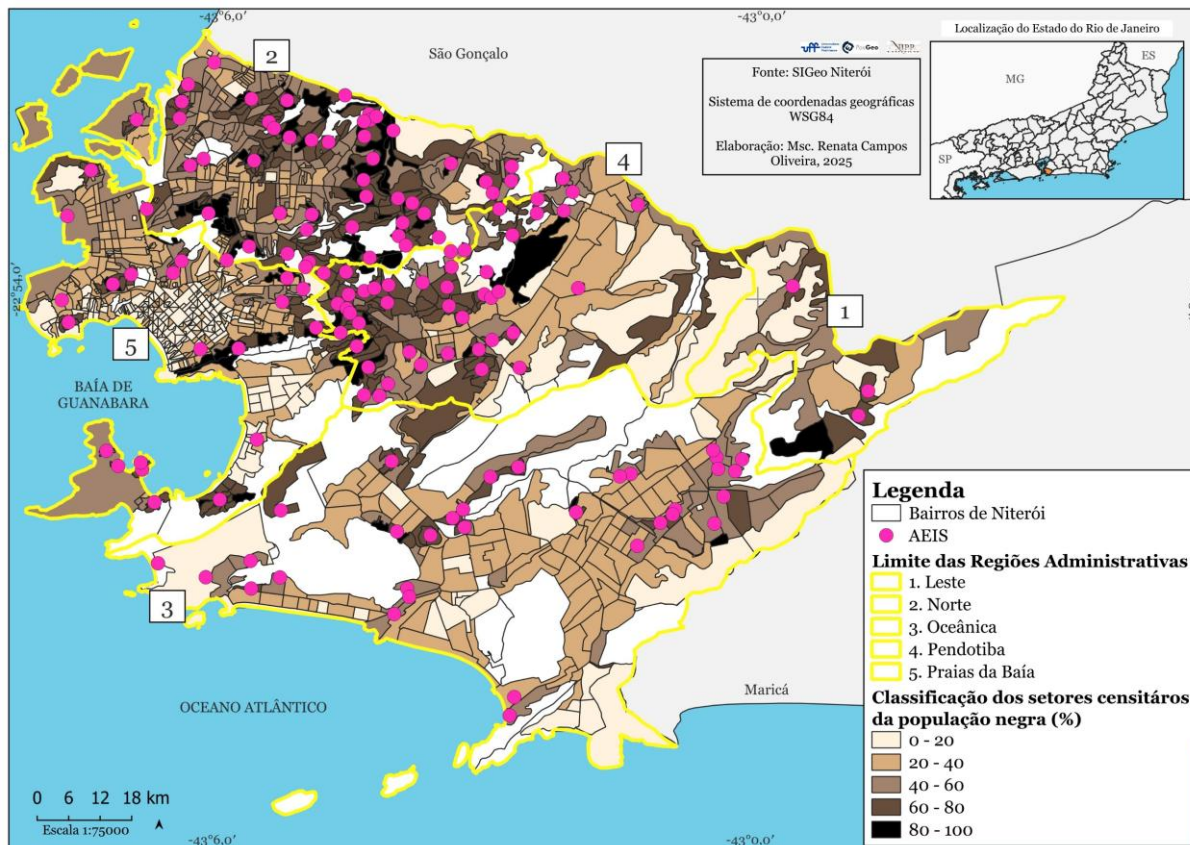
Fonte: IBGE 2022; Hub SIGeo, Prefeitura de Niterói. Elaborado pelos autores (2025).

Ao mudar a abordagem para os dados da população negra (Mapa 6) podemos inferir que as regiões administrativas Norte (2), Pendotiba (5) e Leste (1) possuem composição populacional de 60-100% de auto declarantes negros. Na região Praias da Baía (5), por sua vez, encontramos dois bolsões com predominância brancos (bairro Icaraí e São Francisco) que estão na margem da Baía da Guanabara, e no restante concentram setores censitários mais enegrecidos (predominante na faixa de 40-80%, Mapa 6). Com isso, identificamos a lógica hierárquica, estruturante e organizativa do espaço urbana em centro-periferia, tanto na escala do município como na das regiões administrativas.

O Plano Diretor (Niterói, 2019) é o documento político que institui as diretrizes para o planejamento e ordenamento territorial ambiental do município de Niterói, como por exemplo a implementação das regiões administrativas. No que tange as categorias de zoneamento urbano temos as chamadas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), que são instrumentos urbanísticos que definem as normas para o uso e ocupação do solo promovendo melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária. Ao sobrepor o *shapefile* das AEIS (círculos rosas) à espacialização dos setores censitários dos dados de raça e cor

observamos a confluência especial nos informando que nessas áreas encontramos a população mais negra, em especial a faixa de 80-100% de auto declarantes.

Mapa 6: Distribuição dos setores censitários da população negra (%), as regiões administrativas e as Áreas de Especial Interesse Social do município de Niterói, RJ

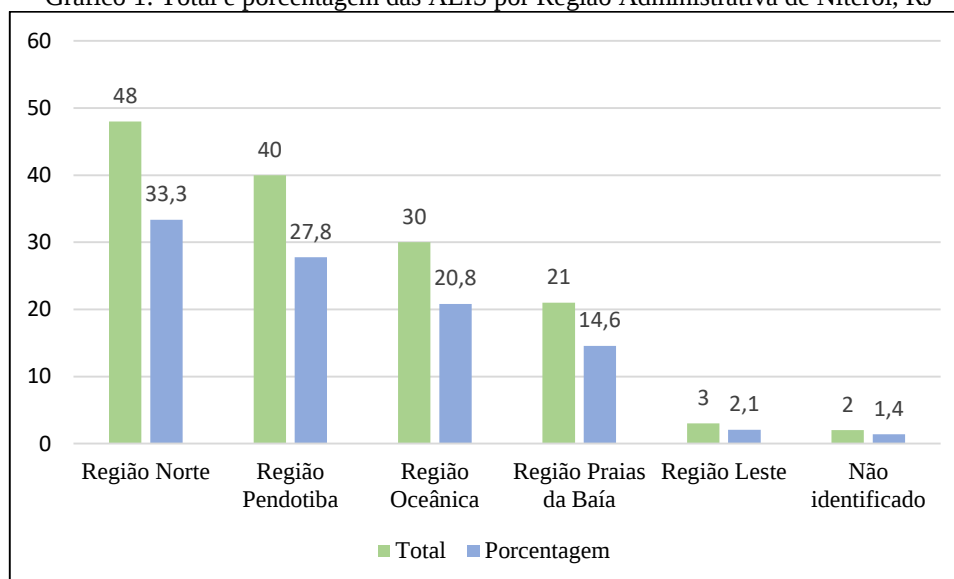


Fonte: IBGE 2022; Hub SIGeo, Prefeitura de Niterói. Elaborado pelos autores (2025).

Apesar das AEIS estarem distribuídas pela área do município podemos observar que há uma concentração na região Norte e Pendotiba (2 e 4), ou seja, as mesmas que encontramos maior densidade de setores censitários constituído pela população mais enegrecida. O Gráfico 1 nos mostra que 61,1% estão nas regiões mencionadas anteriormente e 35,4% estão nas Praias da Baía e Oceânica (5 e 3).



Gráfico 1: Total e porcentagem das AEIS por Região Administrativa de Niterói, RJ



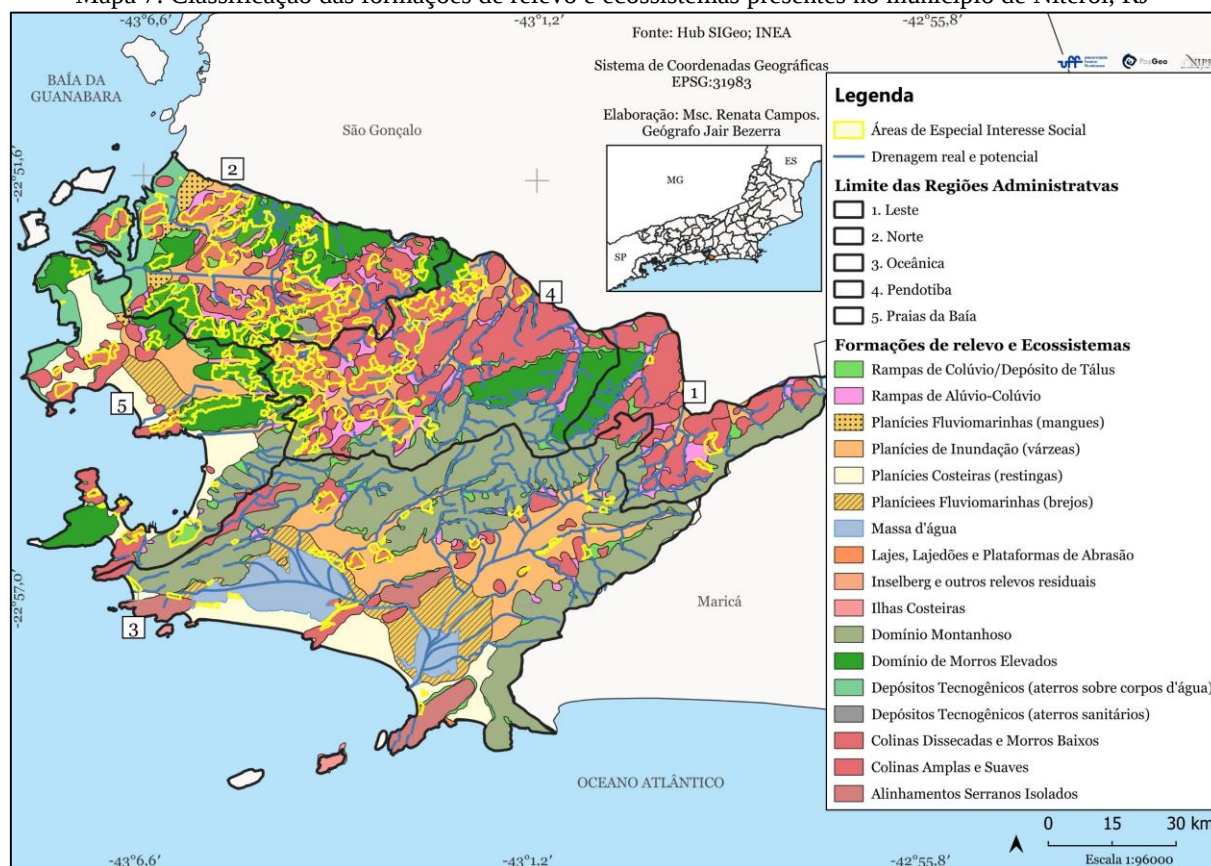
Fonte: Hub SIGeo, Prefeitura de Niterói. Elaborado pelos autores (2025).

Para uma compreensão mais robusta sobre as vulnerabilidades ambientais as quais essas populações estão condicionadas, analisamos a geomorfologia e os ecossistemas presentes na área do município. O Mapa 7 nos mostra, ao sul, que o município é recortado por um domínio montanhoso (Parque da Cidade e Parque Estadual da Serra da Tiririca – PESET) formando um divisor físico da região Oceânica (3) com as demais.

Nas regiões Praias da Baía e Oceânica (5 e 3) a ocupação residencial e comercial foi inicialmente às margens da Baía da Guanabara (nas planícies costeiras e planícies fluvio-marinhas) e a população era composta por grupos sociais de rendas mais altas. Os ecossistemas presentes nessas morfologias geográficas são a restinga e o mangue, ambos são frágeis e apresentam importância para a dinâmica ecológica e a sua alteração desprotege as orlas, assim como deteriora ambientes que são fonte de renda para grupos sociais e interfere no sistema dos corpos de água.

A expansão da malha urbana aconteceu em direção às planícies de inundação das várzeas no interior dessas regiões e às diferentes tipologias das fisionomias de colinas e o domínio morros elevados. Essas formações de relevo possuem fragilidade geofísica, intensificada pela dinâmica da produção do espaço urbano e as consequências socioambientais decorrente do crescimento capitalista, como o desmatamento das encostas, provocando deslizamentos de massas de solo.

Mapa 7: Classificação das formações de relevo e ecossistemas presentes no município de Niterói, RJ



Fonte: Hub SIGeo, Prefeitura de Niterói; INEA. Elaborado pelos autores (2025).

Ascerald (2024) aponta que as condições de vulnerabilidade socioambientais, as quais determinados grupos sociais são político-institucionalmente condicionados, são produzidas e não decorrentes de fatores individuais do sujeito. Como nos mostra o trecho subsequente (idem, p. 474):

Em definições correntes, a condição de vulnerabilidade está posta nos próprios sujeitos sociais e não nos processos que os tornam vulneráveis. Uma alternativa que não separa indivíduos dos contextos sociopolíticos seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual.

Portanto, a expansão urbana para esses grupos de menor representatividade política e econômica seguiu – e ainda segue – o padrão de ocupação de espaços que apresentam algum nível de fragilidade ambiental (leito dos rios, mangues/brejos, encostas de colinas e morros). A isso soma-se o importante, e agravante, fator da baixa presença, ou até mesmo ausência, do poder público, implicando numa carência e precariedade dos serviços e equipamentos públicos, além das infraestruturas urbanas (esgotamento, coleta e descarte correto de resíduos sólidos, sistemas de drenagem, entre outros). Deste modo, configura-se um cenário com diversos riscos aos moradores (racializados e de classes mais baixas) devido às do meio geobiofísico da paisagem, com isso identificamos as práticas do poder público de produção e reprodução do racismo ambiental no que se refere ao planejamento e ordenamento territorial e ambiental.



A exemplo desse tipo de ocupação e as trágicas consequências, registramos o deslizamento de massas do Morro do Bumba em 2010, localizado no bairro Viçoso Jardim na zona norte de Niterói. No final dos anos 1990, a favela foi se formando em cima de um antigo lixão municipal desativado e, mesmo sem nenhum prévio tratamento do terreno, a gestão pública promoveu obras de urbanização e melhoria das infraestruturas (luz e água) atraindo muitas famílias.

O autor Cunha (2016) demonstra que, ao longo dos anos que sucederam, as gestões públicas foram sistematicamente negligentes frente às políticas públicas que regulamentavam o uso e parcelamento do solo (sejam elas federais e/ou municipais), como o Plano de Urbanização da Zona Norte (Niterói, 2005) que estabeleceu a retirada das famílias da Área Especial de Interesse Social Morro do Bumba. Esse quadro somado a uma sequência de dias de chuva em abril de 2010 desencadeou no desabamento do terreno instável do antigo lixão levando casas, famílias, infraestruturas urbanas, resultado em 50 mortos. Houve a promessa de realocação das famílias para conjuntos habitacionais do “Minha Casa, Minha Vida “ no mesmo bairro e no Fonseca, porém algumas esperam por moradias até os dias atuais (Prado; Teixeira, 2025).

Um tipo de reforma urbana realizada em Niterói foi o aterramento de parte da extensão dos sistemas de terras úmidas (mangues) ou da orla para ampliação de área e ocupação das mesmas. Nos anos de 1920 (Ferreira, 1977) houve o aterramento da enseada de São Lourenço (localizado na zona norte do município,) essa obra teve como finalidade aproximar o centro político ao comercial e integrar às atividades portuárias. Os impactos ambientais certamente não foram levados em consideração no planejamento. Podemos apontar a retirada de um ecossistema frágil e de importante papel no equilíbrio e dinâmica do meio ambiente e da bacia hidrográfica - o mangue na Baía da Guanabara - e da fonte de renda de pescadores e catadores de caranguejos atingidos diretamente, bem como a instabilidade desse solo e o regime das águas, sendo suscetível a alagamentos.

Nos anos de 1970, realizou-se o aterramento da orla do bairro Ponta d’Areia até ao Ingá, chamado de Aterro da Praia Grande, com o intuito de abrir uma nova zona de expansão urbana. A intervenção trouxe modernização para a região, além da reforma de vias públicas, construção de prédios residenciais, comerciais e institucionais, da estação das barcas e, anos depois, do ponto turístico Caminho Niemeyer. Assim como no caso anterior, tiveram impactos a paisagem e, até os dias atuais, ocorrem alagamentos durante eventos de chuvas intensas por conta obstrução da drenagem natural e o ineficiente sistema de drenagem nessas vias.

Com essas exposições de momentos de políticas públicas de ordenamento do território e o uso do solo de Niterói nos mostra um histórico de tomadas de decisões elitistas e racistas por parte da gestão municipal. Com os mapas temáticos conseguimos demonstrar de forma imagética a relação entre a distribuição dos grupos sociais que compõe a população niteroiense pelas formações de relevo e ecossistema presentes na área da cidade. Os grupos presentes nas Áreas de Especial Interesse Social são marcados por características de raça/etnia e de renda, evidenciando o direcionamento das ocupações em espaços com fragilidades geomorfológicas e ecossistêmicas, ou seja, as condições de vulnerabilidades socioambientais são hierarquizadas pelo zoneamento urbano-ambiental e são manifestações das práticas de racismo ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão revelou uma clara correlação entre a ocupação territorial e as desigualdades socioambientais em Magé e Niterói, destacando a predominância da população negra em áreas de maior vulnerabilidade ambiental.

Em Magé, a ocupação de brejos e mangues, ecossistemas fragilizados e de alta relevância ecológica, evidencia tanto a interdependência entre saberes tradicionais e recursos naturais quanto a marginalização e o racismo ambiental. A análise da densidade demográfica e da composição étnico-racial, aliada à geomorfologia, permitiu identificar que a população negra está concentrada em setores censitários específicos, reforçando a marginalização espacial.

Em Niterói, a ocupação urbana segue um padrão hierárquico de centro-periferia, onde a população negra e de menor renda se concentra em regiões caracterizadas por ecossistemas frágeis e relevos montanhosos. A presença de AEIS nessas regiões sublinha a desigualdade na distribuição de infraestruturas urbanas e serviços públicos, resultando em riscos socioambientais agravados por eventos climáticos extremos.

Buscou-se evidenciar a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto a paisagem natural quanto a sociocultural para um planejamento urbano e ambiental mais justo, especialmente na formulação de políticas públicas. A metodologia aplicada, que combina dados demográficos com análises espaciais e geomorfológicas, pode ser replicada em outros contextos urbanos para identificar e mitigar vulnerabilidades socioambientais similares. Neste caso, pensa-se na expansão do mapeamento para todos os municípios da região do Recôncavo da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

Estudos como este podem orientar a criação de políticas de ordenamento territorial e incentivar diálogos interdisciplinares que abordem a complexidade das interações entre

sociedade e meio ambiente. Contudo, torna-se necessário ampliar essa análise, incorporando a dimensão das territorialidades presentes na paisagem dos municípios, especialmente aquelas que configuram territórios tradicionais e os marcos geo-históricos essenciais para a compreensão e o dimensionamento dos impactos da colonização, passados e presentes, sobre as cidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O social em Questão**, n. 33, p. 57-67, 2015.

_____. **Risco e Vulnerabilidade Ambiental**. In: Cruz, V do C. et al. (org.). Dicionário de ecologia política. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 714 p., 2024.

CUNHA, B. P da C. **Morro do Bumba: o desastre dentro da tragédia**. Insight inteligência, s/d. Disponível em: < <https://insightinteligencia.com.br/morro-do-bumba-o-desastre-dentro-da-tragedia/>>. Acessado em: outubro de 2025.

FERREIRA, M. M. Niterói Poder: a cidade como centro político. In: MARTINS, I. de L.; KNAUSS, P. (org.). **Cidade múltipla: temas da história de Niterói**. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 73 - 100.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acessado em: julho de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673>>. Acessado em: julho de 2025.

LEFF, H. Ecologia Política. In: Cruz, V. do C. et al. (org.). **Dicionário de ecologia política**. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2024

MONTEZUMA, R. C. M. **Racismo Ambiental**. In: COUTO, A. C. O.; MENDES, L. A. S. (Org.). Geografias Pretas. Belém: GAPTA/UFPA, 2023, v. 1, p. 13-25.

PRADO, A.; TEIXEIRA, M. **Tragédia do Morro do Bumba, em Niterói, completa 15 anos e desabrigados ainda aguardam por moradias**. G1, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/04/07/tragedia-do-morro-do-bumba-em-niteroi-completa-15-anos-e-desabrigados-ainda-aguardam-por-moradias.ghtml>>. Acessado em: outubro de 2025.



REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Declaração de Princípios da RBJA, s/d. Disponível em: <<https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principios-da-RBJA.pdf>>. Acessado em: outubro de 2025.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 6 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.

SANTOS, M. O retorno do território. In: Santos, M.; Silveira, M. L.; Souza, M. A. (orgs.). **Território** : Globalização e Fragmentação. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. V.; GUIMARÃES, B. N.; SIMONI, A. T. Cor ou Raça: Indígena? Contextos e Recepções da inclusão de uma categoria no Censo Demográfico 1991. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 59, 2023.